

Jupitrony Devillart



Parlamentares federais, autoridades estaduais e representantes do setor produtivo participam de reunião na Assembléia de Mato Grosso

Comissão leva a estados debate do Orçamento

Em audiência pública, Mato Grosso reivindica obras que viabilizem corredor de exportação da soja

O estado de Mato Grosso quer viabilizar um novo corredor de exportação, por meio da BR-242, da ferrovia Norte-Sul e do porto de Itaqui (MA), para escoar a soja produzida no Chapadão dos Parecis. A reivindicação foi feita à Comissão Mista de Orçamento na terceira das audiências regionais sobre as propostas do Orçamento da União para o próximo ano e do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Realizada ontem, em Cuiabá, a reunião durou mais de quatro horas. **Página 8**

Audiência discute combate à pirataria

Anteprojeto de lei que visa combater a pirataria no setor de audiovisual será discutido em audiência pública prevista para hoje, a partir das 10h. A iniciativa é da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema. **Página 4**

Projeto facilita doação de órgãos

Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais permite, em duas hipóteses, a retirada de tecidos e órgãos de pessoas falecidas: mediante autorização dos familiares ou pelo registro da condição de doador voluntário e incondicional. **Página 7**

Meirelles deve fazer balanço do governo

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado recebe hoje o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ele deve falar sobre o desempenho das contas do governo no último trimestre. **Página 7**



Moacira Matiz

Garibaldi (2º à dir.) e Delcídio com representantes da área de comunicação

Comunicação quer rever leis sobre atividade

Uma revisão nas leis sobre a comunicação social foi pedida pelos participantes de audiência pública da Subcomissão dos Marcos Regulatórios. Representante das emissoras de rádio e televisão alertou para risco de se internacionalizar produção audiovisual. **Página 2**

Márcia Kolumbe



Lúcia Vânia (D) e Adelmir Santana inauguram a exposição *Artesanato e Turismo nas Regiões Brasileiras*

Exposição mostra trabalho de artesãs

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Lúcia Vânia, abriu ontem a exposição *Artesanato e Turismo nas Regiões Brasileiras*, que integra a 1ª Semana Nacional do Turismo, promovida pelo Congresso Nacional. A mostra exibe o trabalho de mulheres artesãs de todo o país. **Página 2**



Participantes da audiência na Subcomissão dos Marcos Regulatórios apontam lacunas na legislação dos audiovisuais

Especialistas apóiam revisão das leis sobre comunicação social

Os participantes da audiência realizada ontem pela Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, que discutiu a área de comunicação social, solicitaram uma revisão da legislação brasileira sobre o assunto.

Evandro Guimarães, conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), alertou para a possibilidade de a produção audiovisual brasileira estar totalmente internacionalizada em muito pouco tempo. Segundo ele, “não houve um esforço regulatório para se criar mecanismo de proteção, de expressivo fomento e de defesa dos caríssimos empregos artísticos, intelectuais, tecnológicos e jornalísticos” dos meios de comunicação.

Guimarães alertou para o poderio das empresas de telecomunicação, que faturam no Brasil R\$ 110 bilhões anuais, em comparação com as empresas de radiodifusão, que faturam R\$ 7 bilhões a cada ano. Enfatizou também que há 3,7 milhões de assinantes de televisão a cabo, contra 48 milhões de assistentes da TV aberta e ouvintes de rádio.

O representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkár Minassian, salientou que há um mosaico de leis regendo a comunicação social no Brasil. Paradoxalmente,

observou ele, o conteúdo da programação ficou “no limbo”, não sendo tratado na legislação.

Minassian exemplificou a variedade de leis do setor ao comentar sobre a origem do capital das empresas. Empresas de TV aberta, disse, devem ter 100% de seu capital pertencente a brasileiros. Já as fornecedoras do serviço por cabo precisam ter, no mínimo, 51% do capital social pertencente a brasileiros natos ou naturalizados. As empresas que transmitem sinais por satélite, lembrou, não precisam ter qualquer capital nacional: basta serem constituídas segundo as leis brasileiras e terem sede no país.

Marcelo Bechara Hobaika, consultor jurídico do Ministério das Comunicações – que representou a secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do ministério, Zilda Abreu –, apresentou um painel sobre a convergência de tecnologias. Ele defendeu o modelo regulatório.

O presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que o relatório sobre o assunto deve ter “uma avaliação clara desse redesenho que se anuncia”, em razão de fusões ocorridas em outros países. O debate também contou com a participação do relator da subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Diversidade do artesanato e do turismo no Brasil

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, abriu ontem a exposição *Artesanato e Turismo nas Regiões Brasileiras*, que integra a 1ª Semana Nacional do Turismo, promovida pelo Congresso Nacional. A mostra apresenta o trabalho de mulheres que participam das unidades produtoras de artesanato que receberam o Prêmio Sebrae Top 100, em 2006.

O evento é uma iniciativa conjunta da CDR, de sua equivalente na Câmara, do Ministério do Turismo e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Lúcia Vânia explicou que o tema definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) para comemorar o Dia Mundial do Turismo, em 27 de setembro, é “O turismo abre portas para as mulheres”. Segundo a senadora, a OMT quis chamar a atenção para a discriminação contra a mulher e estimular sua inclusão no setor de turismo. Ela observou que, embora tenha presença forte no turismo, a mulher ganha menos do que o homem e está presente em menor número nesse mercado.

Próximos eventos

Amanhã, a bancada feminina do Senado e da Câmara recebe para um café-da-manhã, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, a ministra do Turismo, Marta Suplicy. Às 19h, na Confederação Nacional do Comércio, Sesc e Senac farão uma homenagem a todas as mulheres que se destacam no turismo. Na quinta-feira, às 10h, o Senado realizará sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Turismo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário decide sobre indicações do Executivo

A sessão do Plenário está marcada para as 14h. Os oito primeiros itens da ordem do dia referem-se a indicações do Executivo para órgãos públicos. Entre as matérias em análise está o parecer favorável ao nome de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).



Combate à pirataria na indústria brasileira

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social debatem, às 10h, propostas voltadas ao combate da pirataria na indústria brasileira. Para essa reunião estão convidados representantes das indústrias de cinema, vídeo, música e *software*.

Henrique Meirelles presta contas na CAE

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe em audiência pública o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para a prestação trimestral de contas. Na segunda parte da reunião, a CAE



analisa o substitutivo apresentado ao projeto que altera a Lei das Licitações (Lei 8.666/93) para ampliar o uso do pregão eletrônico nas compras do setor público. Além dessa, outras nove proposições estão em pauta.

Desertificação na pauta da CMA

O substitutivo ao projeto que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação está na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que realiza reunião às 11h30. O colegiado também analisa projeto que considera como prática abusiva a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.

Embaixada da Ucrânia promove exposição

Gravuras retratando o Holocausto ocorrido na Ucrânia integram a exposição que a embaixada daquele país está promovendo, a partir de hoje, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal. A solenidade de abertura do evento está marcada para as 18h30.

Situação dos migrantes no Paraguai e na Bolívia

A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul debate em audiência pública, às 15h, a situação dos migrantes no Paraguai e na Bolívia. Para essa reunião foi convidado o embaixador Oto Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias e Gilvam Borges

Conselho analisa amanhã suposto favorecimento à Schincariol

O Conselho de Ética reúne-se amanhã, às 17h, para analisar o parecer do senador João Pedro (PT-AM) sobre o segundo processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, relativo a suposto favorecimento à cervejaria Schincariol. No último dia 18, João Pedro disse que iria propor o sobrestamento da matéria, diante de um consenso de que seria melhor esperar os resultados das investigações que a Câmara está fazendo sobre a mesma denúncia. Também na semana passada, o presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), afirmou que deverá colocar em votação amanhã a proposta de unificação de todas as representações contra Renan em um único processo.

Segundo a assessoria de imprensa de Quintanilha, o senador pretende anunciar, na reunião, os nomes dos relatores da terceira e da quarta representações contra Renan, caso não seja aprovada a proposta de unificação dos processos. O terceiro processo visa apurar se o presidente do Senado teria comprado, em parceria com

o usineiro João Lyra, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas. Já a quarta representação solicita investigação para apurar denúncias de que Renan e o lobista Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema de propinas para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB.

Votação secreta

Quintanilha já avisou aos membros do conselho que, caso o relatório sobre o caso Schincariol recomende a perda de mandato, determinará o mesmo procedimento de votação secreta adotado no início da última reunião, quando o conselho decidiu sobre a primeira representação contra Renan, que apurava se o parlamentar tinha contas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

– Se o relatório propuser a perda de mandato, vou adotar sessão secreta para a votação. Mas assim como no primeiro caso, poderá haver recurso para que o voto seja aberto – afirmou o senador por Tocantins, em entrevista à imprensa na última semana.

Almeida Lima recorre ao Supremo para garantir votações secretas

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF), na última sexta-feira, mandado de segurança, com pedido de liminar, a fim de garantir que sejam secretas todas as votações relacionadas a processos de perda de mandato parlamentar tanto no Conselho de Ética como no Plenário da Casa.

Em entrevista ontem à Agência Senado, Almeida Lima afirmou que somente pleiteia o cumprimento do § 2º do artigo 55 da Constituição, que prevê que Câmara e Senado decidirão, em votações secretas, sobre processos de cassação de mandato de senador por procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar.

– Senado não é apenas Plenário, é também todas as suas instâncias. E o voto, até que se mude a Constituição federal, é secreto. Esse é um direito meu; não estou postulando um direito de Renan.

Na ação, o parlamentar solicita que o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), seja notificado liminarmente, para que, caso os senadores decidam deliberar sobre a segunda repre-



Almeida Lima afirma que pleiteia apenas o cumprimento de norma constitucional

sentação contra Renan, a votação seja secreta. Esse processo investiga denúncia de que o senador por Alagoas teria intercedido a favor da Schincariol para quitar dívidas da cervejaria junto ao INSS e à Receita Federal.

Proposta

Está pronta para entrar na pauta do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 50/06) do senador Paulo Paim (PT-RS) que acaba com o voto secreto em deliberações do Congresso. A essa proposta foi anexada outra PEC (86/07), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que prevê voto aberto nas decisões sobre perda de mandato de parlamentar.



Tuma já encaminhou ao Conselho de Ética documentação sigilosa

Corregedor espera decisão rápida sobre caso de emissoras

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), encaminhou na última quinta-feira aos 15 membros do Conselho de Ética da Casa toda a documentação sigilosa que colheu em relação ao terceiro processo que o presidente do Senado, Renan Calheiros, enfrenta no colegiado por quebra de decoro parlamentar. Nessa representação, o DEM e o PSDB solicitam a apuração de denúncia da revista *Veja* de que Renan teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal.

– Espero que todos analisem a documentação para ver se a gente consegue acelerar esse processo – afirmou ontem Tuma, em declaração reproduzida à Agência Senado por sua assessoria.

Segundo a revista, a empresa JR Radiodifusão, que teria sido usada por Renan e Lyra para a compra dos veículos de comunicação (entre eles o diário *O Jornal*), estaria registrada em nome de Tito Uchôa, primo de Renan, e de Renan Calheiros Filho, prefeito de Murici.

Em depoimento a Tuma no dia 16 de agosto, em Alagoas, João Lyra confirmou a sociedade com Renan e entregou vários documentos. No dia seguinte, Tuma ouviu o ex-diretor de *O Jornal* Luiz Carlos Barreto, que confirmou, segundo o corregedor, a realização de reuniões entre o presidente do Senado e o usineiro para a compra do periódico. Barreto disse não ter participado das reuniões pessoalmente, mas que foi informado sobre elas por Nazário Pimentel, antigo dono do grupo, que assinou os documentos de venda do jornal juntamente com os “laranjas”.

Ontem, Romeu Tuma voltou a sugerir que fosse tomado o depoimento de Tito Uchôa e, se necessário, promovida uma acareação entre este e os demais depoentes.

DEM e PSDB, que exigem prioridade para a proposta que bane o voto secreto, impuseram obstrução semana passada

Líderes tentam um entendimento para desobstruir pauta

Os líderes partidários no Senado devem realizar hoje, provavelmente no início da tarde, reunião informal em busca de um entendimento com vistas à desobstrução da pauta de votações da Casa. A reunião não deve contar com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros.

A iniciativa do encontro é do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), diante do impasse que se estabeleceu na última semana, quando a obstrução do DEM e do PSDB impediu que se atingisse o quórum (41 senadores) para a votação da indicação do economista Luiz Antônio Pagot para a diretoria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

Após a absolvição de Renan em Plenário, no primeiro processo por quebra de decoro parlamentar, em votação e sessão secretas, a oposição passou a exigir prioridade na pauta para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), que determina o fim do voto secreto no Congresso. A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quarta-feira, e precisa passar por dois turnos de votação em Plenário, para depois ir à Câmara.

Há, no entanto, encabeçando a ordem do dia sete outras indicações para agências reguladoras e postos diplomáticos, entre elas a de Paulo Lacerda, ex-diretor-ge-



Iniciativa do encontro é do líder do governo no Senado, Romero Jucá

ral da Polícia Federal, para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Após serem votadas as indicações, terão prioridade duas medidas provisórias (MPs 375/07 e 376/07) e três projetos de lei de conversão (PLVs 26/07, 27/07, 28/07).

Em entrevista ontem à imprensa, o senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, disse acreditar que será “muito difícil” um entendimento para a desobstrução da pauta enquanto Renan estiver na Presidência. Para Viana, o fato de Renan não participar, hoje, da reunião de líderes reflete o impasse que se criou diante de sua decisão de permanecer na condução dos trabalhos legislativos.

– É a expressão da crise. Quando nós temos um presidente da Casa não participando de uma reunião com líderes, temos a quebra de uma tradição.

Projeto agiliza o julgamento de ações penais contra autoridades

Entre as matérias que podem ser apreciadas amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está um projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que visa dar mais rapidez ao julgamento de ações penais em que há foro especial por prerrogativa de função.

Ao justificar a proposta (PLS 281/07), Suplicy ressalta que os críticos do foro especial por prerrogativa de função – mais conhecido como “foro privile-

giado” – apontam a idéia como um incentivo à impunidade para os crimes comuns e de responsabilidade, “haja vista uma espécie de arraigada tradição, nas cortes superiores, de postergar indefinidamente a decisão final nesses tipos de feito”.

Entre os beneficiados pelo foro especial estão o presidente e o vice-presidente da República, senadores e deputados federais, ministros de Estado, governadores e determinados magistrados.

Falsificação nas áreas de cinema, vídeo e música será abordada em audiência com a presença de especialistas

Comissão debate anteprojeto para combater pirataria

Por requerimento dos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Flávio Arns (PT-PR), a Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social realizam audiência hoje, às 10h, para discutir o anteprojeto de lei que visa combater a pirataria no setor de audiovisual, especialmente nas áreas de cinema, vídeo e música.

Foram convidados para a reunião o presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras (ABV), Ricardo Pimenta; os diretores da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Manoel Antônio dos Santos, e da Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM), Antônio Borges Filho; o desembargador do estado do Rio de Janeiro André Gustavo Corrêa Andrade; e José Henrique Vasi Werner, membro da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (Abapi).

Marisa Serrano argumenta que a questão da pirataria no setor

de audiovisual abrange não só o Brasil, mas o mundo inteiro. Ela afirma que a subcomissão é o fórum adequado para as propostas de atualização da legislação brasileira sobre os crimes de pirataria. Para Flávio Arns, o alto preço de um CD ou de um DVD originais representa grande estímulo para a pirataria, que, reconhecidamente, lembra o senador, é uma das financiadoras do crime organizado.

Direito autoral

O anteprojeto de lei modifica o Código Penal e o Código de Processo Penal para se adequar às questões relativas ao direito autoral e à propriedade industrial diante dos novos meios de comunicação, como a internet. Expressões como “meio físico e virtual” e “suporte tangível ou intangível” procuram abranger as novas tecnologias eletrônicas de distribuição de conteúdo e proteger os autores de produtos culturais, intelectuais e industriais, criminalizando práticas que não eram previstas em lei.

Mão Santa protesta contra a redução de vagas e cursos da Uespi

Mão Santa (PMDB-PI) fez ontem um apelo à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí no sentido de rever decisão do governador Wellington Dias (PT) que teria reduzido de 12 mil para pouco mais de 3 mil as vagas para a Universidade Estadual do Piauí (Uespi) em 2008.

– Estão enterrando a Uespi. Essa era a porta para os pobres na igualdade do saber – protestou.

O senador também denunciou a diminuição no número de cursos ofertados pela Uespi e ressaltou o impacto do aumento de universidades privadas sobre as públicas. Ao citar reportagem da revista *Época* sobre educação, ele destacou trecho que evidencia o impacto do ensino sobre a redução da violência. O fato foi revelado pelo resultado de pesquisa realizada em dez estados com maior proporção de estudantes universitários, demonstrando que, nesses



“Estão enterrando a universidade”, afirma Mão Santa sobre a decisão do governador

estados, a taxa de criminalidade é 40% menor que nos demais.

A recorrente afirmação de Mão Santa de que este é o melhor Senado do país nos últimos 180 anos levou Alvaro Dias (PSDB-PR), em aparte, a discordar dessa avaliação. Para o tucano, o Senado não tem atendido às expectativas do país e, por isso, deve pedir desculpas à nação.



Com a proposta, João Durval quer permitir a regulamentação do serviço de mototáxi

Projeto cria nova categoria de habilitação

Uma nova categoria de habilitação pode ser introduzida no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Seria classificada como categoria F e abrangeria os condutores enquadrados na categoria A (motos ou triciclos) que usam o veículo como meio de trabalho.

A iniciativa partiu do senador João Durval (PDT-BA), que elaborou projeto de lei (PLS 548/07) com esse objetivo, a ser votado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O enquadramento do motorista na categoria F seguiria as seguintes exigências: habilitação mínima de um ano na categoria A e inexistência de registro de infração grave ou gravíssima, ou de reincidência em infrações médias, nos 12 meses anteriores ao pedido.

Ao propor a criação de uma categoria específica para esse tipo de condutor, João Durval pretende permitir a regulamentação do serviço de mototáxi pelos municípios. “Não havendo norma federal que estabeleça a possibilidade da habilitação de condutores profissionais de veículos de duas ou três rodas, não podem os municípios regular a prestação dos serviços em sua jurisdição. Por essa razão, muitas leis municipais editadas com esse propósito têm sido consideradas inconstitucionais no âmbito judicial”, argumenta o senador na justificativa do projeto.

João Durval observa ainda, em defesa do projeto, que o serviço de mototáxi chega para suprir a carência de transporte coletivo em pequenas localidades do país. O senador acrescentou que as medidas propostas buscam resguardar a segurança dos usuários desse meio de transporte público.

João Durval cobra solução para duopólio do setor aéreo

João Durval (PDT-BA) manifestou-se ontem contra o duopólio do setor aéreo pelas companhias aéreas brasileiras TAM e Gol, que, segundo reportagem recente do jornal *Correio Braziliense*, juntas dominam 38% do mercado aéreo. O senador fez um apelo para que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), os ministérios do Turismo e da Defesa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) busquem soluções para a definição de um ambiente mais competitivo no setor.

– Para mudar o quadro, o governo precisa agir para facilitar o acesso das empresas de médio porte aos aeroportos, garantir a elas maior espaço na malha aérea e ampliar as linhas de crédito e financiamento – argumentou.

Conforme o senador, o domínio das duas companhias aéreas tem resultado na elevação de preços e na diminuição da oferta e da qualidade dos serviços. Ele afirmou que, consultando os *sites* das duas companhias, verificou que os preços praticados nas mesmas rotas, dias e horários são basicamente os mesmos, o que seria um indicativo de cartelização do setor.

– Cobra-se cada vez mais caro

e se oferece cada vez menos – observou o parlamentar, referindo-se às dificuldades enfrentadas pelos passageiros devido ao excesso de vôos concentrados nos principais aeroportos do país.

João Durval comparou a situação vivida no Brasil com a dos Estados Unidos, país em que entre 15% e 20% do setor é ocupado por companhias regionais, enquanto no Brasil essas empresas detêm apenas 2% do setor aéreo – o que, avalia, é o fator responsável pela diminuição do número de municípios atendidos, por serem rotas menos rentáveis para as grandes companhias.

O senador citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual, em 2003, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 94 eram atendidos pelas companhias aéreas, em comparação com o ano de 1960, quando eram atendidas 360 localidades. Segundo esse estudo, lembrou Durval, o número de municípios atendidos é, portanto, três vezes menor do que há 43 anos. O mesmo estudo, frisou, demonstrou que a partir de 2000 houve uma tendência de aglutinação de chegadas e partidas de vôos nos 15 principais aeroportos do país, em detrimento daqueles de pequeno porte.



Senadores da comissão estão recebendo os últimos documentos de órgãos do governo

CPI do Apagão Aéreo pode votar relatório final no próximo mês

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo já entrou na fase de conclusão de seus trabalhos. Os membros do colegiado estão recebendo os últimos documentos de órgãos como a Controladoria Geral da União (CGU) e a Polícia Federal, passando a se dedicar exclusivamente à elaboração do relatório final.

De acordo com informações da secretaria do colegiado, não deverão ser mais realizadas audiências públicas nessa fase dos trabalhos

e a apresentação e votação do texto final poderão ser realizadas ainda em meados de outubro.

A CPI focou suas investigações no acidente com o vôo 1907 da Gol, ocorrido em novembro de 2006, e no sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro. A comissão apurou ainda irregularidades na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e investigou também o acidente com o Airbus 320 da TAM, que caiu no aeroporto de Congonhas em julho deste ano.

Para Gilvam, CPMF se mantém porque não houve reforma tributária; Heráclito diz que falta de verbas para a saúde tem origem nos desvios para outros setores



Gilvam Borges

“Desde a sua criação, a contribuição é defendida ardorosamente por quem está no governo ou vê possibilidade concreta de lá chegar nas próximas eleições”

Prorrogação da CPMF ajuda o equilíbrio orçamentário

Ao defender ontem, da tribuna, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) classificou como “discussões estéreis” os debates em torno das questões tributárias. Ele disse que a reforma tributária se mantém na pauta do Congresso Nacional, mas não passa de “uma assombração que não se materializa”.

– Acreditava-se que uma reforma tributária racional estava a caminho e que ela resolveria os problemas do financiamento público das ações sociais. Não tendo sido feita a reforma, pelas razões conhecidas, a CPMF foi ficando como mais um elemento perturbador dentro de um sistema disfuncional. Foi tendo de ser prorrogada ao final de cada um dos períodos para os quais foi aprovada, sempre com a promessa de ser a última vez – afirmou.

Para Gilvam, a CPMF tornou-se um

imposto “provisório-definitivo” por falta de uma reforma que assegurasse a arrecadação necessária para que o Estado pudesse cumprir suas obrigações sociais sem explorar o contribuinte com uma das maiores cargas tributárias em todo o mundo.

– A verdade é que, sem a anunciada – mas aparentemente irrealizável – reforma tributária, a CPMF se tornou necessária ao equilíbrio orçamentário do país. Tanto é assim que, desde a criação, ela sempre foi defendida ardorosamente por quem está no governo ou enxerga a possibilidade de lá chegar quando das eleições seguintes.

Gilvam citou dados da Receita Federal que apontam uma arrecadação, entre janeiro e agosto, de R\$ 23,5 bilhões pela CPMF, correspondendo a 6,2% do total da arrecadação federal – R\$ 381,4 bilhões – e maior do que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL).

Senador considera “absurdas nomeações políticas para cargos na Petrobras visando garantir aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta que prorroga cobrança de tributo”



Heráclito Fortes

Governo recorre à prática do “é dando que se recebe”

Comentando informações da imprensa, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou ontem o governo federal por utilizar as velhas práticas do “toma-lá-dá-cá” e do “é dando que se recebe” para tentar obter no Congresso Nacional os votos necessários para a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Heráclito considerou absurdas as nomeações de políticos para cargos na Petrobras visando aprovar a prorrogação da CPMF, e sugeriu um outro enfoque para a discussão da necessidade ou não da continuidade de sua cobrança. No Brasil, segundo o senador, o problema da falta de recursos para saúde, que deveria em parte ser suprida pela arrecadação da CPMF, tem origem sobretudo no desvio de verbas para aplicações em outras finalidades.

– Como se justifica a destinação de R\$ 47 bilhões da CPMF, aproximadamente,

à área da saúde, e ainda faltar dinheiro? – indagou.

Heráclito contestou declaração do ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, que alertou para o risco de paralisação da Esplanada dos Ministérios no caso de não aprovação da CPMF. Ele observou que se o tributo viesse sendo bem aplicado, o sistema de saúde no Brasil estaria funcionando bem e o governo não precisaria ter destinado recentemente à saúde recursos emergenciais no valor de R\$ 2 bilhões.

Venezuela

No mesmo discurso, Heráclito parabenizou o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), pela posição tomada com relação a críticas feitas pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Heráclito Fortes.

Raupp quer isentar da contribuição empréstimo a pessoa física

Os empréstimos concedidos a pessoas físicas poderão ficar isentos do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Também poderá deixar de ser cobrado o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos empréstimos com desconto em folha de pagamento. Projeto nesse sentido, de iniciativa do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A CPMF é, de fato, uma contribuição necessária para o custeio da saúde, da previdência e das diversas ações sociais do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Não há como, dentro da atual realidade orçamentária, cogitar a imediata extinção da contribuição. Por outro lado, não há como negar seu efeito perverso sobre diversos segmentos econômicos e sociais onde há incidência múltipla de tributos sobre os mesmos recursos – argumenta

Valdir Raupp na justificativa de sua proposta.

Na avaliação do senador, o caso das pessoas físicas que obtêm empréstimos junto a instituições financeiras é exemplar: a CPMF soma-se ao IOF, às tarifas bancárias e aos juros propriamente ditos, elevando o custo financeiro efetivo e prejudicando aqueles que buscam as instituições financeiras em busca de crédito. A CAE decidirá terminativamente sobre a proposição.



Projeto de Valdir Raupp também livra empréstimo do IOF

Enquanto vice-presidente do Senado se dá por satisfeito com esclarecimentos do dirigente venezuelano, senador do PSDB diz que Brasil rejeita "lição de democracia"

Tião Viana retira críticas a Chávez após explicações na Venezuela

O senador Tião Viana (PT-AC) foi à tribuna ontem para retirar declarações feitas na semana anterior, quando criticou o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por ataques ao Senado brasileiro. O parlamentar justificou a decisão pelo fato de Chávez, em recente programa de rádio dirigido à população venezuelana, ter dito que suas palavras – em visita a Manaus, na semana passada – haviam sido deturpadas pela imprensa.

Em Manaus, de acordo com registros da imprensa, Chávez acusou o Senado brasileiro de atrasar a decisão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul por submissão ao governo dos Estados Unidos. Nos termos veiculados, o presidente venezuelano teria dito, em alusão aos EUA, que "o Império estava falando mais alto".

– Reagi, como não poderia ser de outra forma. Tal como divulgadas pelos meios de comunicação, as declarações do chefe de Estado venezuelano atingiram de maneira inaceitável a honra do Senado Federal – disse o senador, ao justificar sua manifestação inicial.

Tião Viana explicou que rece-



Presidente venezuelano alegou que suas palavras foram deturpadas, ressalta Viana

beu com alegria a informação, também pela imprensa, de que Chávez negou que tivesse feito as declarações divulgadas. No programa radiofônico, o presidente teria dito que foi tratado com "preconceito e manipulação" por parte de uma imprensa que, segundo ele, não faz parte de um "espírito democrático latino-americano". De acordo com o presidente da Venezuela, suas palavras foram deturpadas para atender a interesses contrários à entrada do país no bloco regional.

– Não tenho por que duvidar do presidente Hugo Chávez. Se ele

se apressa em oferecer contorno diferenciado às palavras que lhe foram atribuídas; se ele reitera seu respeito ao Poder Legislativo brasileiro, um Poder legitimamente eleito e legalmente constituído, também me sinto no dever de deixar claro que, em momento algum, tive a intenção de ofendê-lo – ressaltou.

O senador mencionou ainda que jamais se opôs e continua não fazendo reservas ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Conforme ele, o peso econômico do país vizinho – sustentado, sobretudo, pelas grandes reservas petrolíferas de que dispõe – poderá oferecer novo impulso para a dinamização do mercado comum, que há quase duas décadas mobiliza esforços para sua criação.

– Lembro ao presidente Chávez que pertenço a uma geração que sonhou, e ainda hoje não perdeu de vista essa generosa utopia, ver a América Latina superando as barreiras geográficas, políticas, sociais, econômicas e culturais que a pesada herança colonial potencializou – afirmou Tião Viana.

Alvaro Dias rebate declarações de dirigente contra a imprensa

"O boquirroto governante da Venezuela responsabiliza a imprensa brasileira certamente imaginando que pode fazer aqui o que faz em seu país, onde estabelece implacavelmente a censura, onde manda fechar emissora de televisão e comanda o processo de comunicação para atender aos seus escusos interesses de permanência no poder indefinidamente." A declaração do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foi dirigida ao presidente Hugo Chávez, que no fim de semana teria acusado congressistas e setores da imprensa brasileira de promoverem uma campanha para impedir uma aliança entre o Brasil e a Venezuela.

Na avaliação do senador, o Brasil não pode aceitar que Chávez ofereça lições de autonomia, independência e democracia, "uma vez que este não é o modelo praticado na Venezuela". Alvaro Dias destacou a importância de

defender o Parlamento brasileiro dos ataques que vem sofrendo. Ele frisou que alguns escândalos que atingiram o Executivo e o Legislativo criaram uma predisposição nas pessoas de agressão à instituição parlamentar.

– Atacar parlamentares que eventualmente tenham se comportado mal é um direito e até uma obrigação, mas é inteligente preservar a instituição. Não podemos confundir a ação de parlamentares com o conceito da instituição parlamentar no estado de direito democrático. Ela é imprescindível, insubstituível, permanente, definitiva e essencial – afirmou o parlamentar, ao ressaltar que a Comissão de Relações Exteriores do Senado deve analisar sem pressa a entrada da Venezuela no Mercosul.

Lino Oviedo

Alvaro Dias também comunicou sua participação, no último sábado, em Assunção, no Para-



Alvaro acusa Chávez de estabelecer censura implacável contra imprensa na Venezuela

guai, da festa de comemoração pela libertação do ex-general Lino Oviedo. O senador afirmou que as investigações concluíram que os crimes dos quais Oviedo foi acusado não existiram. O ex-general vem liderando as pesquisas de opinião pública para a disputa presidencial que ocorrerá em abril do próximo ano.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que o Brasil deve pedir perdão por ter promovido, junto com a Argentina e o Uruguai, o mais sangrento conflito armado internacional ocorrido no continente americano, a Guerra do Paraguai.



Senadores da CRE irão abordar ajuda brasileira às vítimas do tremor de terra

Embaixador do Peru debaterá danos causados por terremoto

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe na quinta-feira, em audiência pública marcada para as 10h, o embaixador do Peru no Brasil, Hugo de Zela. O convidado irá expor aos senadores a situação das cidades atingidas pelo terremoto do último dia 15 de agosto e debater medidas necessárias para solucionar problemas decorrentes do tremor de terra.

O autor do requerimento da audiência, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), indaga sobre a extensão da ajuda internacional às vítimas, inclusive a participação do governo brasi-

leiro nessa iniciativa, bem como sobre as medidas cogitadas para a reconstrução das cidades com vistas ao retorno à normalidade naquele país.

Na mesma reunião, a CRE deverá votar duas mensagens presidenciais com indicações de novos embaixadores do Brasil. A primeira indica o diplomata Brian Michael Fraser Neele para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Honduras. Já a segunda mensagem aponta a diplomata Leda Lúcia Martins Camargo para o cargo de embaixadora na República Tcheca.

Situação de migrantes no Paraguai e na Bolívia será tema de audiência

A atual situação de migrantes brasileiros no Paraguai e na Bolívia será tema de uma audiência pública a ser promovida hoje, às 15h, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Participará da audiência, como palestrante, o embaixador Oto Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

Ao apresentar requerimento para a realização da audiência, que ocorrerá no plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG) lembrou a recente criação da subsecretaria e disse considerar

importante ouvir o responsável por ela a respeito do tema.

A presença de brasileiros em regiões de fronteira deve-se, principalmente, à expansão da fronteira agrícola do Brasil em direção ao Oeste. Os migrantes brasileiros encontram-se, sobretudo, em províncias situadas no leste paraguaio e a leste da cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Os agricultores brasileiros residentes na Bolívia têm acompanhado com preocupação o processo de reforma agrária iniciado recentemente pelo presidente boliviano, Evo Morales.

Transplante de órgãos ou tecidos pode ser facilitado

Proposta que objetiva assegurar o rigoroso atendimento da vontade das pessoas que, em vida, tenham manifestado o desejo de doar tecidos, órgãos ou partes do corpo, deve ser analisada amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o projeto (PLS 408/05) altera a lei que trata da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento (Lei 9.434/97). Em seu parecer favorável, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) argumenta que a legislação em vigor somente permite a retirada de órgãos ou tecidos de pessoas falecidas se houver expressa autorização de seus familiares.

Segundo a relatora, essa exigência vem atrasando a prática de transplantes no país, “o que é um fato de grande significação social, por haver mais de 60 mil brasileiros aguardando nas listas de espera por uma doação”.

A proposição permite a retirada de tecidos e órgãos de pessoas falecidas em dois casos: mediante autorização dos familiares ou pelo registro da pessoa feito em vida sobre sua condição de doador voluntário e incondicional.

A CAS também votará dois requerimentos de audiência pública na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ambos de autoria de Papaléo Paes (PSDB-AP). O primeiro visa instruir a votação do projeto de lei que dispõe sobre o controle da dopagem nos esportes (PLS 292/06). O debate



Célio Azeredo

Lúcia Vânia sugere que seja válido o desejo expresso em vida pelo doador

deverá contar com representantes do Ministério do Esporte e dos comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros, entre outros.

O segundo requerimento propõe debate a respeito da integração dos serviços de saúde mantidos pelas instituições filantrópicas no Sistema Único de Saúde (SUS). Para essa audiência, Papaléo Paes sugere a participação de representantes da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Secretários de Saúde (ANS), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e da Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB).

A CAS inclui ainda em sua pauta o requerimento das senadoras do PT Fátima Cleide (RO) e Ideli Salvatti (SC), que pedem a presença do presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Francisco Forte, para debater com os senadores o Programa de Aceleração do Crescimento para a Funasa (PAC/Funasa), lançado na última quarta-feira pelo presidente Lula.

Subcomissão debate meia-entrada para estudantes e idosos

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Comissão de Educação, realiza audiência na próxima quinta-feira, às 10h, para discutir projeto de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que dispõe sobre o pagamento da meia-entrada por estudantes e idosos em espetáculos culturais e esportivos.

O projeto (PLS 188/2007) determina a padronização das carteiras estudantis em todo o país, que seriam emitidas por entidades nacionais, submetidas à fiscalização dos governos federal, estaduais e municipais, por meio de seus órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor. O acesso à meia-entrada passaria a ser restrito a 35% dos ingressos disponíveis em cada

evento. Azeredo também defende o acesso dos empresários aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura como forma de compensar as perdas financeiras provocadas pela concessão de meia-entrada.

Foram convidados para o debate o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), Paulo Roberto Barbosa Ramos; o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Thiago Franco; o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Eventos (Abrape), Lúcio dos Santos Oliveira; o ator e produtor teatral Odilon Wagner; e a historiadora e coordenadora do Grupo de Articulação Política Parlamentar Pró-Música, Cristina Saraiva.

Henrique Meirelles debate hoje com a CAE temas como metas de inflação, reservas cambiais, dívida externa, política macroeconômica e redução da taxa Selic

Presidente do BC presta contas do desempenho do governo

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresenta hoje, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o desempenho das contas do governo no último trimestre.

Metas de inflação, reservas cambiais, dívida externa, política macroeconômica e redução da taxa Selic – hoje na casa de 11,25% ao ano – deverão ser outros temas abordados por Meirelles.

Na mesma reunião, a CAE também deve votar mensagens do presidente da República (104 e 105/07) que tratam da programação monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.

Os textos explicitam as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, estipulam metas indicativas de sua evolução para julho, agosto e setembro e para 2007 e descrevem o comportamento previsto para a economia nesses períodos.

Pregão eletrônico

A CAE também deve votar projeto do Executivo (PLC 32/07) que amplia a utilização do pregão eletrônico nas compras do governo.

As mudanças nas regras das licitações públicas (Lei 8.666/93), conforme prevê o projeto, têm por meta dar maior transparência às compras governamentais, combater a corrupção, trazer economia para os cofres do Executivo e dar maior celeridade à contratação de



J. Freitas

Comissão de Assuntos Econômicos deve votar mensagens sobre programação monetária

obras, especialmente as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Se aprovado, o projeto segue para análise do Plenário.

Na Câmara dos Deputados, onde a proposta já foi aprovada, foi fixado em R\$ 340 mil o valor de obras sujeito ao pregão. No Senado, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) elevou esse teto para R\$ 3,4 milhões, o mesmo valor adotado por Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da matéria na CAE. Setores da construção civil, entretanto, defendem o teto de R\$ 340 mil, que foi fixado pela Câmara.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os senado-

res optaram por um limite ainda mais elevado, de R\$ 51 milhões.

Para combater o superfaturamento, o projeto também cria o Cadastro Nacional de Registros de Preços, sob responsabilidade da União. Esse banco de dados permitirá que os governos estaduais e municipais tenham condições de avaliar os preços médios praticados em todo o país para obras e serviços.

A comissão deve votar ainda parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) à proposta (PLS 500/03), de César Borges (DEM-BA), segundo a qual serão submetidos a processo licitatório projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (Pips).

CCJ analisa proposta de audiência trimestral obrigatória

que tange à condução da política monetária”.

Parlamentar professor

Outro item da pauta de votações da CCJ é a proposta de emenda à Constituição que autoriza deputados federais e senadores a exercerem o cargo de professor em instituições públicas de ensino superior (PEC 19/07).

O autor da proposição é o senador Tião Viana (PT-AC). Na justificativa da PEC, Viana diz que “a possibilidade de permanência daqueles que desempenham mandato parlamentar na cátedra só traz enriquecimento ao mundo acadêmico e político, posto que mantém os agentes públicos atualizados em seus ramos de conhecimento e permite aos discentes o contato imediato

com aqueles que são responsáveis pela elaboração de leis que normatizam a atividade de formação de cada curso”.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou voto favorável, argumentando que “a PEC objetiva conceder aos deputados e senadores o mesmo tratamento concedido aos servidores públicos e aos juizes e procuradores, que podem acumular as suas atribuições com o magistério em universidades públicas”.

Além disso, Suplicy destaca que a proposta corrigiria um erro da Assembléia Nacional Constituinte, a qual, como observa, não estabeleceu nenhuma restrição para que os parlamentares exerçam a função de professor em instituições de ensino privadas.

Em audiência da CMO realizada em Cuiabá, parlamentares por Mato Grosso se unem na defesa de emendas ao Orçamento que aumentem recursos para a logística do estado

Corredor para exportar a safra é prioridade dos senadores de MT

A pauta de reivindicações dos representantes de Mato Grosso, tanto no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 quanto no Orçamento Geral da União (OGU), está centrada em investimentos na área de transportes multimodais. Na terceira audiência regional da Comissão Mista de Orçamento (CMO), realizada ontem na Assembleia Legislativa do estado, as principais sugestões de emendas pretendem viabilizar um novo corredor de exportação, por meio da BR-242, da ferrovia Norte-Sul e do porto de Itaqui, no Maranhão. O objetivo é escoar a soja produzida no Chapadão dos Parecis – uma das regiões mais produtivas no país. Também está sendo proposta a ampliação da malha rodoviária federal e a federalização de estradas.

A audiência, presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), estendeu-se por mais de quatro horas. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu esforços da bancada para emplacar emenda que aumente os recursos previstos para a duplicação de trecho da BR-163, entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto Gil. Segundo a senadora, o valor orçado no projeto do Executivo para 2008 é inferior ao previsto para a manutenção da rodovia.

Os senadores pelo DEM de Mato Grosso, Jayme Campos e Jonas Pinheiro, também reforçaram os pleitos para melhorar a logística do estado. Jonas formalizou pedido à bancada para a apresentação de emenda que assegure destinação de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para o aproveitamento da água da represa do rio Manso, que pode beneficiar



Participantes do debate em Cuiabá cobram duplicação e asfaltamento de rodovias

oito municípios às margens do rio Cuiabá. Defensor dos interesses do setor agropecuário, ele informou que o projeto, esboçado na época do governo Geisel, poderá atender cerca de 5 mil pequenos agricultores que necessitam de água para consumo próprio e para irrigar suas lavouras.

Mobilização

A manifestação mais organizada durante a audiência foi a do movimento coordenado pelo presidente da administradora da zona de processamento de exportação de Cáceres, engenheiro Adilson Reis. Portando camisetas amarelas e distribuindo folhetos, os integrantes do movimento pediram recursos federais para asfaltar 135 quilômetros entre Barra do Bugres e Cáceres, no centro-sul do estado.

Jayme Campos acha que o pleito pode ser atendido com verbas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Porém, o deputado Valtenir Pereira (PSB-MT) anunciou que irá apresentar um projeto de lei para federalizar a estrada, que assim poderá ser incluída no PPA e

receber recursos da União.

Vantagens

Conhecida como MT-343, a rodovia, se asfaltada, poderá trazer uma economia de 245 quilômetros, segundo Adilson Reis, para o escoamento da produção agropecuária da região médio-norte do estado pela hidrovía Paraguai-Paraná, que hoje precisa percorrer 400 quilômetros até os terminais portuários. A pavimentação da MT-343, informou, vai viabilizar a ZPE de Cáceres, criada na década de 90 e que deverá decolar com a nova regulamentação aprovada pelo Congresso. Ela está voltada principalmente para processamento e exportação de Teka – madeira que substitui o mogno –, carnes e couro.

O volume de sugestões formalizadas durante a audiência não foi considerado expressivo pelos consultores de orçamento: sete ao PPA e 11 ao projeto da lei orçamentária de 2008 (LOA). Mas eles acreditam que, além da entrega dos formulários com as sugestões, muitos dos presentes devem enviar seus pedidos pela página da CMO na internet.

Invasão de terra pode integrar lista de crimes hediondos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa amanhã projeto de iniciativa da CPI da Terra para tornar hediondo o crime de esbulho possessório – invasão de terreno alheio, mediante violência ou ameaça – com fins políticos. A comissão apresentou seu relatório em 2005.

O projeto (PLS 264/06) altera o Código Penal para criar essa modalidade de invasão de terra,

prevendo pena de reclusão de três a dez anos para quem “saquear, invadir, depredar ou incendiar propriedade alheia, ou manter quem nela se encontra em cárcere privado, com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer alguma coisa”.

Também está prevista para amanhã na CRA audiência para discutir o projeto (PLS 260/07),

de Expedito Júnior (PR-RO), que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Participarão do debate o gerente-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Roberto Peres, e o gerente de Planejamento da mesma empresa, Luiz Carlos Balbino.

A audiência pública foi proposta pelos senadores Expedito Júnior e João Ribeiro (PR-TO).

Audiência em Fortaleza discute mudanças climáticas no Nordeste

O impacto do aquecimento global sobre o Nordeste brasileiro será o tema da audiência pública que a Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas promoverá na sexta-feira, em Fortaleza. Assuntos como desertificação e geração eólica e solar de energia elétrica serão tratados durante o debate, que será realizado na Assembleia Legislativa do Ceará.

A comissão foi criada com o objetivo de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças do clima no país, levando em consideração os relatórios publicados este ano pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). O chamado efeito estufa, dizem os cientistas, deve-se ao aumento da concentração de gases na atmosfera, em especial do dióxido de carbono. No Brasil, as principais emissões desses gases decorrem do desmatamento e das queimadas (75%) e da queima de

combustíveis fósseis (22,5%).

A comissão, que tem prazo de funcionamento até 22 de dezembro, tem realizado debates com o propósito de sugerir medidas que contribuam para a redução, no Brasil, da emissão dos gases que provocam o aquecimento global. A comissão já realizou audiências em Belém, Manaus, Palmas, Campo Grande, Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda vai visitar Cuiabá e Florianópolis.

Para o debate em Fortaleza, foram convidados o diretor de infra-estrutura da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará, Adão Linhares; o consultor do Banco Mundial e membro do IPCC, Antônio Rocha Magalhães; o presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, Eduardo Rodrigues Martins; o presidente da Tecnologias Bioenergéticas Ltda.; e o coordenador do Programa de Combate à Desertificação, do Ministério do Meio Ambiente.



Projeto em votação na CMA incentiva práticas agrícolas adaptadas às condições locais

Comissão analisa proposta que cria política de combate à desertificação

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa hoje projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação.

Com parecer favorável de Marconi Perillo (PSDB-GO), o projeto (PLS 70/07) tem o objetivo de implantar práticas agrícolas adaptadas às condições ecológicas locais. A proposta visa ainda prevenir a desertificação em zonas de risco e recuperar as áreas afetadas, em todo o território nacional.

Para isso, será necessária a integração territorial dessa gestão às ações de prevenção e combate à desertificação, articulando adequadamente os diferentes usos da água e a proteção do ambiente. O

texto prevê também mecanismos de proteção, conservação e recuperação de vegetação e de solos degradados.

Outro meio de combater a desertificação, segundo o projeto, é desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas voltadas ao aproveitamento sustentável dos recursos locais. Destaca-se ainda, na proposta, o estímulo à ampliação do conhecimento sobre o processo de desertificação e a ocorrência de secas no Brasil.

Para estimular o uso sustentável dos recursos naturais, é necessário combater a pobreza e as desigualdades sociais, destaca o autor na justificativa da matéria. Inácio Arruda ressalta ainda a importância de se promover a segurança alimentar nas áreas de risco ou afetadas pela desertificação.